

**Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Humanas  
Curso de História**

**André Luiz Fagundes Claudio**

**REPENSANDO O ENSINO DE HISTÓRIA COLONIAL  
BRASILEIRA**

Juiz de Fora

2016

**Resumo:**

Esse artigo trata do ensino de história colonial brasileira no Ensino Básico, problematizando algumas abordagens relativas a esse tema e na forma como ele é ensinado, principalmente no que diz respeito à distância entre aquilo que se produz na Academia e o que é transmitido em sala de aula. Juntamente a isso são apresentadas e discutidas algumas perspectivas historiográficas que podem auxiliar para melhor ensinar esse tema e também contribuir para sua maior valorização no ensino básico.

Palavras Chave: Ensino de História; Brasil Colônia; Historiografia.

**Introdução:**

Buscaremos aqui expor algumas das principais questões relativas a um tema de grande importância para o ensino de História nos anos básicos, mas que acaba por ter de lidar com estigmas e um conteúdo por muitas vezes defasado em relação ao que se produz no meio acadêmico. Trataremos da temática da história colonial brasileira, em especial no que diz respeito aos seus aspectos econômicos.

Primeiramente é importante frisar que não se busca aqui realizar um apanhado amplo e extenso a respeito do conteúdo disciplinar proposto, visto se tratar de um longo período de três séculos que viram diferentes aspectos do desenvolvimento de uma sociedade cuja principal marca continua sendo a sua grande complexidade e diversidade. Questão que muito nos interessa, visto esse conteúdo constantemente ser reduzido a uma tal fração de sua amplitude que temos em sala de aula nada mais do que uma breve exposição pautada em três ciclos econômicos, muito especificamente localizados geograficamente, que terminam por construir uma visão no mínimo deficitária do processo de colonização que foi a base da construção desse país.

Entendemos como de grande importância um ensino histórico que trabalhe também com aspectos econômicos, principalmente considerando estarmos em um contexto nacional no qual os debates relativos à economia brasileira se multiplicam por diversos setores da sociedade e muito se discute a respeito de soluções para as dificuldades que o país tem enfrentado. Desse modo, não podemos deixar de refletir sobre a necessidade um ensino capaz de imbuir os alunos com a capacidade de compreender os processos econômicos que ocorreram ao longo da história brasileira, suas rupturas, continuidades e repercussões ainda presentes atualmente para assim

gerar um jovem estudante capaz de analisar criticamente tanto questões relativas ao cenário econômico brasileiro quanto o conteúdo com o qual ele cotidianamente se depara, em especial no meio midiático e no mundo virtual, em relação a essa área.

Com isso em mente, vemos como também importante rever determinados conceitos relativos à economia colonial que se costuma utilizar em sala de aula, como a forma que a economia dita mercantilista é apresentada, pautando-se unicamente em uma ideia de exploração e opressão. Não negamos, porém, o caráter exploratório do processo colonial brasileiro, contudo também buscamos investigar outros aspectos desse sistema e oferecer visões que possibilitem ao professor problematizar por outros ângulos a sociedade colonial e seus habitantes.

Em parte temos esse quadro de um ensino relativamente defasado em termos historiográficos por muito do que se estuda na Academia não atingir ou dialogar com o ensino básico, resultando disso o conhecido choque dos novos alunos da graduação em história que descobrem que irão começar a estudar a história “verdadeira”. Se o que está para lhes ser apresentado constitui a “verdade”, cabe questionar o que afinal ele aprendeu durante todos os seus anos anteriores na escola.

### **O “Bode Expiatório” Colonial:**

A historiadora Annik Lampérière, em seu artigo *El paradigma colonial em la historiografía latinoamericanista*, elenca uma série de questões que visam discutir a forma como a historiografia latino-americana lida com o período colonial. Para a autora, o próprio termo “colônia” é carregado de valores polêmicos, ideologia e paixões; para ela, construiu-se, a partir do século XIX uma visão preponderantemente negativa do passado colonial nos países latino-americanos.

Essa visão negativa seria fruto dos próprios processos de independência que ocorreram nessas regiões colonizadas. Ao buscar se desvencilhar de suas metrópoles e tudo que elas representavam, o período anterior passa a ser encarado como algo a ser evitado, um momento de exploração e opressão. Entretanto, devemos observar que essa “ideologia” que se constitui foi elaborado pelas lideranças políticas e intelectuais dos processos de independência, em sua grande parte membros das elites locais e eles próprios descendentes dos conquistadores europeus daquelas terras. Além disso, devemos ainda considerar que as rupturas que ocorreram

foram em sua maior parte rupturas políticas, com pouca ou nenhuma mudança nos meios social e econômico.

Lampérière aponta também o surgimento de uma crença, ao longo do XIX, de que as dificuldades enfrentadas por esses novos países seriam devidos às heranças negativas do passado colonial: “la valoración negativa de ‘lo colonial’ fue la que prevaleció en Hispanoamérica a medida que se perfilaban las dificultades para impulsar las reformas modernizadoras”<sup>1</sup>. Assim temos a constituição de um verdadeiro “bode expiatório” relativo ao período colonial, persistindo a crença de que o passado colonial seria a principal fonte das mazelas e dificuldades enfrentadas pelos países latinos ao longo de sua posterior história independente. Porém sem considerar, como já dissemos, a permanência e até mesmo aprofundamento de mecanismos de exploração controlados pelas elites nacionais.

Essa crença foi reforçada pelo imperialismo europeu a partir do terço final dos oitocentos. Movimento de ocupação e subjugação de territórios da África e da Ásia, amplamente criticado por intelectuais, esse processo definitivamente imbuíu com negatividade o termo “colonial” e contribuiu para a formulação da ideia de um “primeiro imperialismo” europeu que teria se dado na América. Não obstante os dois processos serem marcados por profundas diferenças entre seus sistemas e relação com os territórios dominados.

O caso brasileiro pode ser facilmente identificável no quadro apresentado acima. Como a historiadora Hebe Mattos observa:

O adjetivo colonial apostado ao nome Brasil enfatiza uma relação metrópole-colônia problematizando em termos históricos a subordinação econômica e política que o processo de independência viria a quebrar. Seu uso se generalizou na historiografia internacional a partir das próprias lutas de independência nas Américas e, posteriormente, da experiência neocolonial europeia de finais do século XIX.<sup>2</sup>

Nosso “bode expiatório” conta não somente com a carga negativa da colônia quanto ainda da negatividade ou simples desprezo para com o agente colonizador, Portugal. Dessa forma, é comum a associação de que os problemas e dificuldades brasileiros estariam invariavelmente conectados com o passado de colonização portuguesa.

---

<sup>1</sup> LAMPÉRIÈRE, Annik. *El paradigma colonial en la historiografía latinoamericanista*. 2004. Disponível em: < [http://www.istor.cide.edu/archivos/num\\_19/notas.pdf](http://www.istor.cide.edu/archivos/num_19/notas.pdf) >. Acesso em: 30 de nov. 2016.

<sup>2</sup> MATTOS, Hebe. Colonização e Escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial 1443 – 1580*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Não buscando aqui defender a empresa colonizadora, responsável, entre tanto mais, pela aniquilação de uma gigantesca população indígena e escravização de incontáveis seres humanos, mas deixando o questionamento para o professor acerca da forma com a qual a conotação exclusivamente negativa do período colonial e de sua sociedade contribuiu na verdade para um mal entendimento de sua realidade e, mais do que isso, reforça estereótipos como o das independências constituírem uma grande libertação ou do mundo colonial poder ser reduzido aos conceitos binários de metrópole exploradora e colônia explorada, sufocando seus atores sociais e criando distorções como a ideia de que existiria uma identidade “brasileira”, claramente distinguível de Portugal e uniformemente presente por toda a América portuguesa, ainda no século XVIII.

Como veremos, a historiografia atual acerca desse período é capaz de nos apresentar uma sociedade bem mais complexa e diversa, pautada por uma lógica e dinâmicas próprias, com uma organização e administração que vai muito além do que alguma espécie de controle absoluto por parte da coroa portuguesa.

### **Refletindo a Sociedade Colonial:**

A historiografia colonial brasileira começou a passar por uma série de questionamentos a partir das décadas de 1970 e 1980. Essas visões questionavam o esquematismo excessivo que resumia a sociedade brasileira entre senhores e escravos, e colocava a colônia como simples desencadeamento produzido pela expansão mercantil europeia<sup>3</sup>. Esses trabalhos buscavam não reduzir a realidade colonial a apenas alguns conceitos como mercantilismo e absolutismo, e nos anos seguintes encontraram ampla correspondência no meio acadêmico internacional, que visava melhor compreender as monarquias modernas europeias. Tais estudos passaram a lançar novos olhares sobre esses sistemas de governos, como Fragoso e Gouvêa destacam:

A partir desse momento, no caso português, a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido passa a ser substituído pela de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*. 2009. Disponível em:<  
<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427>>. Acesso em: 30 de nov. 2016.

<sup>4</sup> FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*. 2009. Disponível em:<  
<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427>>. Acesso em: 30 de nov. 2016.

Desse modo, o entendimento a respeito do Império Português passa a ser compreendido a partir do conceito de monarquia corporativa, como definida por António Manuel Hespanha:

O que resultou foi um conceito novo de monarquia portuguesa (pelo menos até meados do séc. XVIII), agora caracterizada como uma monarquia corporativa em que: o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; os oficiais régios gozavam de uma porção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real.<sup>5</sup>

O Estado moderno português é assim visualizado dentro uma perspectiva académica que se coloca contrária à tradicional visão absolutista, visão essa em grande parte herdada de uma historiografia relativa à França dos Bourbon, Estado esse que mais parece ter se aproximado do conceito clássico de absolutismo, mas que ainda assim recebe questionamentos acerca desse poder “absoluto” da monarquia centralizada. O caso português, como apresentado, é de uma monarquia cuja base de sustentação do poder se dá através de mecanismos de negociação e prestígio, compromissos assumidos entre o rei e seus súditos, e sempre pautado em uma sociedade fortemente hierarquizada:

O ato régio de conferir honras e privilégios tem sido analisado pela historiografia como elemento instituidor de uma ‘economia moral do dom’, de acordo com a qual aqueles beneficiados passariam a estar ligados ao monarca por uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores e serviços.<sup>6</sup>

Essa “economia moral do dom”, juntamente com a compreensão da monarquia portuguesa corporativa de Antigo Regime, constituem importantes conceitos para melhor se aprofundar no funcionamento e organização da sociedade colonial brasileira. Após essa exposição, portanto, devemos nos questionar de que forma esse tipo de ordenamento social teria sido transplantado para os domínios ultramarinos portugueses, mais especificamente, o da América portuguesa.

---

<sup>5</sup> HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império Português: Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>6</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (ORG). *O Antigo Regime dos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

A população dessa América portuguesa, atinge aproximados um milhão e meio de habitantes no século XVIII, sendo que no início do século anterior contabilizava cem mil. Habitantes, no caso, estamos nos referindo às populações vivendo sobre o território dominado pela coroa portuguesa, sendo portanto os colonos portugueses, índios assimilados, africanos escravizados e libertos e todo o mosaico de indivíduos resultantes da miscigenação. Tal sociedade deve assim se organizar de acordo com determinada norma, sendo essa norma a lógica de Antigo Regime e monarquia corporativa a qual nos referimos anteriormente. Não é estranho compreender que os portugueses, ao dominarem e colonizarem determinado território, tenham buscado transplantar o tipo de organização social sob o qual haviam vivido na Europa.

Dentro dessa perspectiva, não é acidental a constituição de uma sociedade brasileira colonial fortemente assentada na hierarquização racial, marcada pela estratificação que se organiza a partir das diversas tonalidades de cor da pele. Isso se deu não somente pela nefasta empresa escravista, mas também é resultado da ideia de hierarquia social que é marca fundamental na organização da sociedade de Antigo Regime.

Com o sistema em questão organizado em torno da negociação, fazia-se necessário uma rede de comunicação política entre o centro do império e seus domínios ultramarinos. Essa rede se concretizou através da atuação das Câmaras Municipais, centros de decisão política que ordenavam e administravam a sociedade local e faziam chegar às colônias aquilo que a coroa definia, permitindo a governabilidade do império:

As câmaras se constituíram nos pilares da sociedade colonial portuguesa desde o Maranhão até Macau, pois garantiam uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar.<sup>7</sup>

As Câmaras atuavam, portanto, como principal canal através do qual se fazia saber e valer os interesses da Coroa em seus territórios, bem como importante mecanismo de atuação na imposição da estrutura social do Império Português. Dessa forma, elas possuíam um papel de grande relevância nesse ordenamento cuja marca era a negociação entre suserano e vassalos.

Seus cargos eram preenchidos pelas elites locais, e através de suas posições na Câmara esses homens acumulavam títulos, mercês e privilégios, “moedas de troca” recebidas pelo bom serviço prestado à Coroa. Ao exercer esses cargos, tornavam-se cidadãos de fato do Império, reforçando seus laços de pertencimento e fidelidade ao Reino, constituindo esse mecanismo a

---

<sup>7</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (ORG). *O Antigo Regime dos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

pedra fundamental da já citada *economia moral do dom*. Em um ordenamento social hierarquizado e cuja principal marca é a *diferença* entre os homens, o prestígio e a nobreza são a riqueza mais estimada.

Das questões apontadas a respeito das Câmaras, podemos destacar dois pontos essenciais. Primeiramente essas instituições possuíam importante papel na administração local, papel do qual derivava uma relativa, porém importante, autonomia dessas localidades, autonomia necessária até por podermos considerar, por exemplo, a grande distância entre o Reino e seus territórios ultramarinos, distância que inviabilizaria um domínio mais direto da Coroa. Em segundo lugar, o fato de seus cargos serem exercidos por elites locais, homens que não apenas possuíam poder econômico mas também político, constituindo verdadeira nobreza da terra, conectada por laços de fidelidade à Coroa e possuidora de grande poder de mando e influência em suas localidades.

### **Aspectos Econômicos Coloniais:**

Acerca da área econômica, partir da década de 1970, temos o surgimento de trabalhos que se debruçam sobre o campo da história econômica munidos de uma visão que buscava se desvencilhar dos grandes modelos explicativos pautados em grandes estruturas e ciclos econômicos do passado.

Os trabalhos de Maria Yedda Linhares e Ciro F. Cardoso, por exemplo, criticam a ideia de tripé econômico de Caio Prado e destacam a importância do mercado interno colonial e da presença de grande número de homens livres pequenos proprietários e produtores:

Documentos trouxeram à luz uma vasta camada populacional, situada entre os grandes senhores e os escravos, que se inseria de forma decisiva na dinâmica do setor exportador. Eram homens e mulheres de variadas origens, exercendo atividades que iam desde a produção de alimentos, com mão-de-obra escrava ou familiar, até o trabalho em diversos setores das principais cidades portuárias. A grande lavoura, portanto, não era auto-suficiente.<sup>8</sup>

Essa nova geração irá buscar suas fontes de pesquisa nos cartórios e arquivos, e será impulsionada pelo amplo desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no Brasil nesse momento. Estudos como o de João Fragoço, acerca dos comerciantes do Rio de Janeiro colonial, demonstram a existência ainda de um amplo e dinâmico “mercado imperial”, conectando os mercadores cariocas com portos de todo o Império Lusitano:

---

<sup>8</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia é mais embaixo*. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/a-colonia-e-mais-embaixo>>. Acesso em: 04 de dez. 2016



(...) a existência de um mercado imperial foi fundamental para a manutenção de estruturas sociais e econômicas tão distantes – e distintas – como a ordem estamental e aristocrática no reino, o escravismo-colonial na América e as sociedades africanas fundadas no tráfico de cativos. Em suma, o Império não era tão somente uma colcha de retalhos comerciais; ele dava vida, em graus distintos, às diversas sociedades que o constituíam.<sup>9</sup>

O trabalho de Fragoso lança novos olhares também sobre o mercado interno colonial, que aparece agora dotado de certa autonomia frente ao colonizador, possuidor de ritmo próprio e não submetido aos mandos e desmandos do capitalismo mercantil europeu. A existência dessa elite mercantil possibilita a retenção interna de capital e insere esses mercadores dentro da já citada lógica de negociação do Antigo Regime.

Busca-se desse modo contestar certos aspectos da visão de um mundo colonial como a dicotomia colônia-metrópole, pautada única e simplesmente na lógica do chamado “pacto colonial”, que coloca a colônia na posição de periferia cuja única função é propiciar mercadorias para os mercados centrais europeus. A organização econômica é um mosaico mais amplo de regiões, processos e espaços de produção e comercialização internos e externos.

Não deve-se negar os interesses econômicos de Portugal em suas colônias, mas interessa observar que a eficácia e o raio de alcance dos projetos governamentais foram exagerados e a prática se dava de maneira bastante distante do planejado. Os colonos não se encontravam aprisionados pelas políticas portuguesas, eram ao contrário, participantes ativos em um mercado dinâmico envolvendo portos do rio da Prata, de Angola, Goa, Macau e mais outros pelo Império Português. Grandes traficantes de escravos, por exemplo, residiam no Brasil e negociavam diretamente nos mercados africanos, retendo grandes lucros<sup>10</sup>.

## **Conclusão:**

Acreditamos que as reflexões apresentadas permitem observar a formação de um quadro a respeito do Brasil colônia que muitas vezes escapa à percepção daqueles que não lidam diretamente com essa produção historiográfica. Não obstante, é importante reiterar que todos os elementos apresentados a respeito da formação dessa monarquia corporativa, do império ultramarino português, da sociedade de Antigo Regime que foi transplantada para os trópicos

---

<sup>9</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (ORG). *O Antigo Regime dos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

<sup>10</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia é mais embaixo*. 2008. Disponível em: <

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/a-colonia-e-mais-embaixo>>. Acesso em: 04 de dez. 2016

brasileiros e de seus aspectos econômicos singulares, constituem importante chave para o bom entendimento da organização e funcionamento do mundo colonial brasileiro e, não somente isso, mas da própria sociedade brasileira de hoje, herdeira direta desses tempos.

Ao aluno de ensino básico que for apresentada apenas uma parte desse amplo panorama, acreditamos servir enormemente para auxiliar no seu entendimento da história brasileira e mesmo na construção das conexões históricas entre o passado e o presente do país. A sociedade colonial marcada pelas ideias de hierarquia, com uma elite local dotada de poder de mando e frente a uma Coroa com a qual negocia suas mercês constantemente, ao mesmo tempo que coexiste com uma sociedade que contém determinados graus de autonomia frente a um poder não tão absoluto do reino Português, e que é capaz de desenvolver uma sociedade organizada dotada de características, dinâmicas, meios econômicos e agentes históricos próprios; tudo isso se soma para criar um rico ambiente de estudos para ser explorado em sala de aula, capaz de oferecer maiores possibilidades de reflexão do que uma rápida exposição de cunho conteudista e com perspectivas econômicas pautadas unicamente no conceito de mercantilismo e com base em uma simples dicotomia colônia/metrópole. Acreditamos que a história brasileira pode se apresentar de forma bem mais interessante e reflexiva aos alunos de hoje, mesmo em se tratando de temas tão distantes e, até mesmo estereotipados, como o do seu passado colonial.

Por fim, cabe ressaltar que a maior parte da base historiográfica utilizada nas proposições deste artigo foi produzida pelos historiadores do projeto chamado Antigo Regime nos Trópicos, o qual pode oferecer uma ampla gama de conteúdo acerca das questões tratadas para serem aprofundadas e também para servirem de base para a elaboração de material de uso em sala de aula.

### **Bibliografia:**

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia é mais embaixo*. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/a-colonia-e-mais-embaixo>>. Acesso em: 04 de dez. 2016

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (ORG). *O Antigo Regime dos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial 1443 – 1580*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*. 2009. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427>>. Acesso em: 30 de nov. 2016.

LAMPÉRIÈRE, Annik. *El paradigma colonial en la historiografía latinoamericanista*. 2004. Disponível em:< [http://www.istor.cide.edu/archivos/num\\_19/notas.pdf](http://www.istor.cide.edu/archivos/num_19/notas.pdf)>. Acesso em: 30 de nov. 2016.